

SAÚDE LGBTQIAPN: CUIDADO NA UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO NA APS

LGBTQIAPN HEALTH: CARE AT UNIVERSITY AND TRAINING IN PRIMARY CARE

Laís Barbosa Patrocino - Professora Doutora - Departamento de Educação, Linguística e Letras – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola, Praça dos Estudantes, 23, 36800-000, Carangola, Minas Gerais - Brasil. E-mail: laisbp89bh@gmail.com

Taís Moraes Nolasco - Enfermeira e Coordenadora da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde de Carangola, Rua Olímpio Machado, 148, 36800-000, Carangola, Minas Gerais - Brasil. Email: taisnolasco@gmail.com

Joane Victória Viana Bastos - Pedagoga do Centro de Convivência e Cultura da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Carangola, Rua Pedro de Oliveira, 442, 36800-000, Carangola, Minas Gerais - Brasil. Email: contatojoanebastos@gmail.com

RESUMO

O projeto de extensão Saúde da População LGBTQIAP+: Da Atenção Básica à Universidade constituiu-se de parceria entre uma universidade pública e a secretaria de saúde do município de pequeno porte em que está localizada na Zona da Mata mineira. Ele objetivou ofertar atendimento em saúde mental por meio de um grupo terapêutico, conduzido por psicóloga servidora do município, a estudantes da universidade pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, bem como ofertar formação continuada a profissionais da Atenção Primária em Saúde (APS) do município sobre atenção à saúde de minorias sexuais e de gênero, conduzida por pesquisadora da universidade. O grupo terapêutico foi freqüentado por estudantes em maior conforto com suas identidades, o que revelou dificuldade em atingir o público prioritário. Foi observada resistência ao tema da formação por parte de profissionais. Avaliou-se que os desafios encontrados na execução do projeto reafirmam a demanda e aprimoramento de sua execução.

Palavras-**chave**: Minorias sexuais e de Gênero; Formação Continuada; Atenção Primária; Saúde Mental; Saúde do Estudante

ABSTRACT

The project Health of the LGBTQIAP+ Population: From Primary Care to the University was a partnership between a public university and the health department of the small municipality in which it is located in the Zona da Mata of Minas Gerais. It aimed to offer mental health care through a therapeutic group, led by a psychologist working in the municipality, to university students belonging to the LGBTQIAPN+ community, as well as offering continued training to Primary Health Care (PHC) professionals in the municipality on health of sexual and gender

minorities, led by a university researcher. The therapeutic group was attended by students who were more comfortable with their identities, which revealed difficulty in reaching the priority audience. Resistance to the topic of training was observed on the part of professionals. It was assessed that the challenges encountered in executing the project reaffirm the demand for and improvement of its execution.

Keywords: Sexual and Gender Minorities; Continuing Training; Primary Care; Mental Health; Student Health

INTRODUÇÃO

O campo da Saúde Coletiva surgiu na década de 1970 no Brasil, alinhado aos movimentos sociais. Essa integração deu início a uma maior abertura do campo da saúde – tradicionalmente autônomo e amparado na prática de medicalização – para o campo científico, sobretudo das áreas de Ciências Sociais e Humanas e sua compreensão dos fenômenos sociais para além da perspectiva biomédica (Schraiber; D’Oliveira, 1999).

A compreensão sobre o processo saúde-doença se modificou ao longo da história. Desde a Revolução Industrial e a consequente percepção das condições insalubres em que vivia e trabalhava a população urbana, aspectos sociais começaram a ser considerados na compreensão sobre a conformação deste processo.

No Brasil, já há algumas décadas, isso culminou na concepção de determinantes sociais em saúde como base compreensiva para as políticas e programas de saúde e princípio de enfrentamento às iniquidades. Buss e Pellegrini Filho (2007) retomam a perspectiva presente desde o século XIX de que a ciência da saúde é uma ciência social por essência e o próprio termo saúde pública denota seu caráter político. A VIII Conferência Nacional de Saúde, cujo lema foi “Saúde direito de todos e dever do Estado”, culminou, poucos anos depois, na garantia da saúde como direito na Constituição Federal de 1988. As iniquidades em saúde têm alto impacto, são injustas e evitáveis por meios de políticas públicas. Os autores enfatizam que a existência dos diferentes níveis em que operam os DSS exigem políticas públicas intersetoriais e transversais que envolvem diferentes entes da administração pública.

São compreendidos, como determinantes estruturais, as marcas sociais de raça, gênero, classe, território dentre outras, e a saúde como direito sem distinções de qualquer natureza. Assim, as políticas de saúde passaram a ter como foco a equidade, por meio, sobretudo, da formação de prestadoras/es de serviços, dentre outras políticas de redução de barreiras ao acesso e participação de grupos excluídos (Galvão *et al.*, 2021).

A mudança na concepção do processo saúde-doença teve como consequência o aprofundamento da compreensão das questões sociais como determinantes nesse processo. Outra consequência foi a própria mudança na concepção de cuidado. O Brasil passou a adotar a Política Nacional de Humanização (PNH) no campo da saúde em 2010, que tem como pressuposto a escuta qualificada nos serviços e o acolhimento, entendido como a orientação que inaugura o processo de cuidado (Brasil, 2010).

Tais premissas orientaram as perspectivas do projeto de extensão analisado neste trabalho, que surgiu do encontro de profissionais da saúde de um município de pequeno porte da Zona da Mata de Minas Gerais com um grupo de pesquisa da universidade pública localizada no município. A partir do convite ao setor de saúde mental para discutir políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, pedagogas, transexuais, intersexo, assexuais,

pansexuais e não binárias), no contexto da região, constatou-se duas demandas no contexto local que poderiam ser atendidas a partir da parceria entre os dois setores.

O encontro, que foi realizado em fevereiro de 2023, contou com a presença de, aproximadamente, 50 profissionais, e evidenciou o interesse e necessidade do grupo de receber formação no campo dos marcadores sociais da diferença em suas relações com a saúde, tema de domínio do grupo de pesquisa e já desenvolvido em outra experiência na universidade e também em outro trabalho na região. Para além disso, foi verbalizada a possibilidade de oferta de atendimento coletivo em saúde mental para a população LGBTQIAPN+ da universidade. Atualmente, o atendimento a estudantes em geral ocorre de forma restrita a partir da intermediação do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) da universidade e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A partir da identificação da potencialidade de apoio mútuo entre as duas partes, é que se propôs o projeto em questão.

O aumento global de problemas relativos à saúde mental está presente em diversos contextos sociais e não é diferente no ambiente universitário. O adoecimento mental atravessa a vivência de trabalhadoras/es e também de estudantes. A demanda por programas universitários assistenciais de saúde mental tem sido debatida (Assis; Oliveira, 2010; Penha; Oliveira; Mendes, 2020) a partir da constatação da vulnerabilidade de estudantes universitários diante do adoecimento mental, bem como dos prejuízos para suas vidas a curto e longo prazo (Penha; Oliveira; Mendes, 2020).

No caso da população LGBTQIAPN+, sabe-se que a violência e discriminação afetam diretamente a saúde mental. Dada a magnitude de seus efeitos, este tem sido um dos principais objetos de interesse na produção científica no campo da saúde (Abade; Chaves; Silva, 2020). O contexto das relações rurais impõe ainda mais desafios na aceitação e respeito a essa população.

O projeto pretendeu, portanto, atuar no contexto local da universidade na promoção de atenção à saúde mental à comunidade universitária LGBTQIAPN+. Objetivou-se ampliar a atenção a esse grupo, que comumente esconde suas vivências relativas à identidade de gênero e sexualidade e não pode contar com apoio familiar, fundamental para a saúde mental dessa população (Melo; Silva; Mello, 2019).

A universidade em questão é constituída de estudantes de dez cursos de graduação noturnos com entrada anual, que somam, aproximadamente, 850 matrículas. A grande maioria pertence a classes trabalhadoras e oriunda de diferentes territórios e zonas rurais próximas ao município.

A Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, publicada em agosto de 2020, prevê a ampliação dos serviços de saúde a essa população, a garantia de processos de educação permanente para trabalhadoras e trabalhadores da saúde, bem como a qualificação da Rede Estadual de Serviços do SUS para a atenção e cuidado a esse público (SES, 2020). Com base na Política, a Resolução SES/MG nº 8.375 de 19 de outubro de 2022 prevê o incremento financeiro no âmbito da Atenção Primária para a execução das ações (SES, 2022).

No que concerne às contribuições que a universidade poderia oferecer ao setor de saúde no contexto do município, evidenciou-se a formação no campo dos marcadores sociais da diferença. As múltiplas desigualdades produzidas por meio das consubstancialidades das relações de classe, gênero e raça, dentre outros marcadores sociais, afetam diretamente as práticas de saúde (Mello; Gonçalves, 2010).

É nesse sentido que pretendeu-se empregar o conhecimento produzido na universidade para a ampliação da formação de profissionais de saúde do município. O que se teve em vista foi a qualificação dos atendimentos em saúde com efeitos positivos sobretudo no acolhimento de grupos minoritários.

O projeto se estendeu da comunidade universitária a profissionais da saúde do município, até

a própria população do município de modo geral. Por meio da formação relativa aos marcadores sociais da diferença a profissionais de saúde, a formação se reverteu em um serviço de atenção à saúde mais qualificado a toda a população.

Estimou-se que a qualificação da atenção à saúde traria impactos no atendimento à população local, de aproximadamente 30 mil habitantes. Cabe destacar que o município é referência na atenção à saúde para as cidades vizinhas.

Além dos hospitais e centros de saúde, o sistema de saúde do município conta com setores de farmácia, fisioterapia, laboratório, odontologia, vacina, vigilâncias ambiental e sanitária, dentre outros. Pretendeu-se abranger todos os tipos de profissionais de saúde que trabalham nesses órgãos e que tinham disponibilidade para participar das formações, como agentes comunitárias/os de saúde (ACS), psicólogas/os, enfermeiras/os, fisioterapeutas, fonoaudiólogas/os, médicas/os, auxiliares e técnicas/os de enfermagem, dentre outros.

Os efeitos da formação de profissionais foram estimados sobretudo na atenção às minorias sociais que, historicamente, têm pior acesso à saúde e sofrem com processos discriminatórios estruturais e com estigmas no âmbito das microrrelações cotidianas, que reverberam nos serviços de saúde. Considerou-se, nesse sentido, a população LGBTQIAPN+, negra, pessoas em situação de pobreza, em situação de rua, em privação de liberdade, profissionais do sexo, dentre outras.

Pretendeu-se, portanto, contribuir com a atenção à saúde mental da comunidade LGBTQIAPN+ da universidade e com a atenção à saúde no município, especialmente de grupos minoritários. Os objetivos do projeto foram: (1) contribuir com a promoção da saúde mental entre o público LGBTQIAPN+ da universidade; (2) enfrentar a discriminação à população LGBTQIAPN+ no ambiente universitário; (3) garantir os direitos da população LGBTQIAPN+ no ambiente universitário; (4) contribuir na formação teórica de profissionais da saúde do município relativa aos marcadores sociais da diferença; (5) contribuir com os serviços de saúde e na produção de cuidados no município; (6) contribuir na formação profissional de estudantes de graduação; (7) ampliar a parceria entre a universidade e demais instituições públicas da região para a oferta de serviços; e (8) contribuir na publicização da produção de conhecimento da universidade entre o município e região.

MÉTODOS

Os métodos empregados no projeto foram pensados à luz da reflexão epistemológica freiriana do termo extensão (Freire, 1983). O autor defende que o conhecimento só pode existir se apreendido, em confrontação com o mundo, e não transferido. Nesse sentido, ele só pode ser dinâmico, e não um conteúdo estendido de um sujeito a um objeto. Conforme afirma, “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos” (Freire, 1983, pp. 16).

Para o autor, seria preciso superar o preceito hierárquico implícito na ideia de quem pode levar o conhecimento a quem precisa recebê-lo. A ação, nesse sentido, possui um sentido mecânico, de invasão autoritária de um sistema de valores histórico-cultural sobre outro, e não de transformação, de uma ação educativa libertadora. À/Ao educador/a cabe, portanto, a tarefa de comunicar, e não de persuadir de forma domesticadora sobre técnicas, de modo a objetificar o público a que se destina. É preciso pensar com, e não sobre, sem manipular, massificar ou subestimar a capacidade intelectual desse grupo. A ideia de que a ignorância pertence a outro, e não a si, é chamada por Freire (1983) de alienação da ignorância. A desconfiança por parte de quem trabalha com relação a si mesma/o é fruto do sistema de opressão, em que não há a cultura da participação.

O conhecimento, por sua vez, é construído na práxis, na relação ação e reflexão, a partir do

fundamento da dialogicidade. O diálogo, muitas vezes entendido como tempo desqualificado em trabalhos de extensão, é compreendido como o tempo da construção da autoconfiança das pessoas com quem se trabalha. A discussão sobre a instrumentalidade do conhecimento precisa estar intrínseca ao diálogo, sendo este um atributo docente fundamental (Freire, 1983).

No contexto da ação política, o/a educador/a é, portanto, apenas um/a dos/as participantes agentes da mudança. Trata-se de uma unidade pedagógica, em que todas as pessoas e profissionais ligadas ao processo são educadoras.

A partir dessa perspectiva, pretendeu-se estabelecer uma agenda de atendimento em saúde mental à comunidade universitária e uma agenda formativa para profissionais da saúde. O intuito foi de estabelecer uma troca de contribuições a partir do que cada setor poderia contribuir com o outro e promover uma multiplicação dos conhecimentos.

Para tanto, a partir da análise do contexto local, foi pensada como possibilidade factível a realização de um atendimento coletivo em saúde mental semanal para a comunidade universitária LGBTQIAPN+ da universidade, por parte do setor de saúde mental do município. Um questionário digital foi elaborado e divulgado por redes sociais com o intuito de estimar a quantidade de estudantes LGBTQIAPN+ e o interesse e disponibilidade para o grupo terapêutico.

Por outro lado, ofertou-se 12 encontros formativos com duração de duas horas para profissionais da saúde sobre a relação dos marcadores sociais da diferença com a saúde. Os encontros foram desenvolvidos durante seis meses, entre junho e novembro de 2023. A agenda formativa foi estabelecida de modo coletivo, com foco para temas centrais de demanda do grupo. Cada uma das dez equipes da Atenção Primária do município participou de dois encontros formativos, e as subequipes de ACSS participaram de um encontro a mais, com foco específico para suas atribuições. Cada encontro foi formado por, no mínimo, duas equipes diferentes, e cada equipe foi composta por diferentes profissionais da saúde.

A participação de profissionais ocorreu durante o horário de trabalho, com apoio institucional. Houve formação de diversos profissionais da saúde, dentre agentes comunitárias/os de saúde (ACS), psicólogas/os, enfermeiras/os, fisioterapeutas, fonoaudiólogas/os, médicas/os, auxiliares e técnicas/os de enfermagem, dentre outros.

Durante o desenvolvimento do projeto foram realizados cinco encontros pedagógicos de planejamento e avaliação. Eles foram essenciais para a identificação por todas as instituições envolvidas, das potencialidades e fragilidades do projeto.

Pretendeu-se também realizar um encontro formativo voltado para docentes e servidoras/es da Universidade sobre direitos da população LGBTQIAPN+, como ação de enfrentamento à discriminação institucional. Entretanto, avaliou-se que o encontro seria esvaziado e a ação foi substituída pela elaboração e distribuição de material impresso sobre LGTBfobia no ambiente universitário, distribuído entre docentes e estudantes nas salas de aula. Para além disso, foi desenvolvida uma política universitária de enfrentamento a violências para deliberação no conselho departamental da universidade.

Participaram de forma efetiva do projeto, além da psicóloga da secretaria municipal de saúde na condução do grupo terapêutico na universidade, a coordenadora da Atenção Primária, uma pedagoga egressa da universidade, servidora da secretaria municipal de assistência social e a pesquisadora da universidade, coordenadora do projeto. A pesquisadora e a pedagoga conduziram as formações. O projeto foi acompanhado por oito estudantes, sendo uma delas bolsista. O grupo era constituído de estudantes de licenciatura em História, Ciências Biológicas e Letras e de Serviço Social. O planejamento das atividades formativas foi desenvolvido pela pesquisadora, estudantes e as duas servidoras do município. A pesquisadora também recebeu bolsa concedida pela universidade. As duas bolsas constituíram o financiamento do projeto, durante oito meses.

O grupo de estudantes apresentou trabalho em evento acadêmico sobre o projeto de extensão durante sua execução. No mesmo evento, foi conduzida uma mesa redonda sobre LGBTfobia na universidade. O evento foi uma oportunidade de discussão ampla com a comunidade acadêmica sobre os desafios do projeto.

Para a elaboração deste texto, foram analisados documentos relativos ao projeto de extensão, como planos de trabalho e atas de reuniões. Durante o desenvolvimento do projeto foram produzidos registros sobre todas as ações empreendidas.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Avaliou-se que, de modo geral, foi possível alcançar os objetivos propostos pelo projeto de extensão, com destaque para a formação de profissionais de saúde. O grupo terapêutico foi a ação que apresentou menor adesão.

A Promoção do serviço de atenção à saúde mental para a comunidade universitária LGBTQIAPN+ contou com, aproximadamente, vinte atendimentos coletivos ao longo de seis meses. Entretanto, o grupo foi esvaziado, não tendo sido frequentado por mais de dez estudantes. A partir do questionário aplicado, estimou-se, aproximadamente, 50 estudantes LGBTQIAPN+ na universidade. Dentre o grupo, aproximadamente 20 apontou interesse e disponibilidade em participar do grupo terapêutico.

A formação em marcadores sociais da diferença foi ofertada a, aproximadamente, 100 profissionais de saúde do município. O aperfeiçoamento da produção de cuidados, sobretudo às populações minoritárias, nos serviços de saúde do município foi estendido, entretanto, a toda a população da região.

Foram conduzidos três encontros formativos a todas as equipes de Atenção Primária. O primeiro encontro foi destinado apenas às subequipes de ACS. A população transexual do município havia sido superestimada a partir do preenchimento, por profissionais, da Ficha de Cadastro Individual, nas visitas domiciliares, o que evidenciou a demanda por formação para o preenchimento adequado. O primeiro encontro teve este foco, portanto.

O segundo e terceiro encontros, que envolveram as equipes completas, focaram, respectivamente, na conceituação e diferenciação de gênero e sexualidade e nas especificidades da atenção à saúde da população LGBTQIAPN+; e nos reflexos da violência LGBTfóbica à saúde, nas especificidades do acolhimento a crianças transe nas especificidades de cada profissional na atenção a esta população como um todo. Em ambos os encontros foi dado foco na desconstrução da pressuposição da cisheteronormatividade nos atendimentos, revelada em comentários banalizados e que, muitas vezes não são notados por profissionais, mas por pacientes da comunidade LGBTQIAPN+. Foi destacada a relação entre tais atitudes e o menor acesso desta população aos serviços de saúde.

Em todos os encontros formativos foram ressaltadas as bases legais de execução do projeto. Após o episódio de resistência no 7º encontro, avaliou-se a necessidade de ressaltar, com todas as equipes de Atenção Primária, a política de saúde da população LGBT no âmbito das políticas de equidade em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), o que foi feito a partir do encontro seguinte.

Os conteúdos do segundo e terceiro encontros não foram planejados de forma prévia, tendo sido estabelecidos depois que o encontro anterior havia ocorrido. Eles foram definidos conforme as fragilidades na formação demonstradas por profissionais de saúde. Tal conduta, embora, em primeiro momento, tenha parecido pouco confortável do ponto de vista do planejamento tradicional, pareceu mais coerente com a perspectiva freiriana que o projeto se propôs seguir, já que conferiu maior flexibilidade no conhecimento produzido e dialogicidade com o contexto

em questão.

No que concerne à formação de profissionais de saúde, notou-se certa resistência ao tema por parte de profissionais, sobretudo por questões religiosas. O sétimo encontro envolveu falas desrespeitosas direcionadas à pedagoga trans/travesti parceira do projeto, que envolviam a negação da possibilidade da existência de transexualidade na infância. A resistência era percebida pelas formadoras e por estudantes, não necessariamente de forma verbalizada, mas por olhares e expressões de rejeição. A resistência foi percebida de forma mais intensa em contextos de zona rural. Após este evento, a coordenadora da Atenção Primária conversou com a equipe e participou da formação seguinte, de modo a coibir outros conflitos. Foi avaliado, entretanto, que a participação de profissionais poderia ter sido maior, e que o contexto de trabalho pode ter sido fator de inibição da manifestação de profissionais.

O penúltimo encontro foi invadido por um vereador extremista, de forma irregular, com a alegação de que havia recebido denúncia de conteúdo impróprio. O vereador⁴ fotografou a pedagoga e o conteúdo da formação projetado e esteve presente até o final, mesmo tendo sua presença sido questionada. Houve intervenção da coordenadora da Atenção Primária para atenuar o constrangimento que a presença do vereador causou, de modo que a formação ocorreu até o final. Após a finalização do encontro, um boletim de ocorrência foi realizado como forma de resguardo das formadoras, já que, antes do ocorrido, o vereador havia feito uma postagem transfóbica em rede social e anunciado continuidade, que, não chegou a ocorrer.

Apesar dos evidentes desafios, foram observados diversos retornos positivos. Participações de profissionais ao longo das formações com relatos de experiências e apresentação de dúvidas sobre procedimentos, bem como agradecimentos pela formação e verbalização de sua necessidade foram alguns exemplos.

DISCUSSÃO

Avaliou-se que estudantes que acessaram o grupo terapêutico vivem em maior conforto com suas identidades sexual e de gênero. Houve dificuldade, portanto, de acessar o público com maior demanda de atendimento, sobretudo estudantes transexuais que manifestaram conflitos em suas relações familiares.

Estudantes que fazem uso abusivo de álcool ou que precisam manter identidade masculina e feminina conforme o espaço que frequentam na cidade, em razão da rejeição familiar à transexualidade, são algumas situações vivenciadas na universidade. Conforme discutem Ribeiro e Antoniassi Junior (2021), as questões de ordem pessoal interferem de forma direta no ambiente universitário, o que reitera o compromisso das instituições de ensino superior com a atenção à saúde mental de estudantes.

⁴ O vereador em questão já havia atacado um grupo de docentes em rede social no ano anterior em razão de uma decisão tomada no Conselho Departamental da universidade. Na ocasião, ele teve acesso à decisão de forma parcial e, sem buscar compreender o assunto de forma ampla, acusou docentes de serem contrários aos interesses do município, por não serem naturais da região. O evento resultou em ação judicial de docentes contra o vereador.

Outra questão observada é que estudantes assexuais ou pansexuais, embora assim se identificassem, não se viam pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ ou com a demanda por frequentar o grupo terapêutico. Além disso, outras questões como o fato dos encontros terem ocorrido antes do período de aulas noturno prejudicaram a participação de estudantes que trabalhavam. De todo modo, as diversas divulgações de convite para o grupo terapêutico pareceram insuficientes e evidenciaram demanda por aprimoramento nas ações de fomento à participação de estudantes.

No que concerne à formação continuada de profissionais, o primeiro ponto a ser debatido diz respeito aos desafios de manter a dialogicidade. A experiência do projeto revelou demanda por aprimoramento das estratégias pedagógicas de fomento à participação, que leve em conta o contexto de desafios, relativos ao ambiente de trabalho, bem como resistência ao tema.

Os eventos de postura conservadora foram tomados como situações previstas por parte da Secretaria Municipal de Saúde. Eles evidenciaram justamente a demanda de continuidade de ações formativas como as desenvolvidas no projeto. A presença de atitudes transfóbicas e a necessidade de formação continuada para profissionais é constatada até mesmo em serviços de saúde especializados em grandes centros urbanos para esta população (Lucena *et al.*, 2022).

A Secretaria Municipal de Saúde manifestou interesse na continuidade do projeto, com vistas a abordar o tema saúde e relações étnico-raciais. Tais formações têm servido de mecanismo para cumprir indicadores exigidos para financiamento da Atenção Primária. Em que pese as críticas às mudanças no financiamento da Atenção Primária realizadas durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (Funcia *et al.*, 2022), o foco em indicadores que privilegiam a equidade em saúde revela-se como uma forma efetiva de promoção desta política.

Considerações Finais

A avaliação do projeto de extensão foi bastante positiva, pela comunidade acadêmica e pela secretaria municipal de saúde. Entretanto, foram observados diversos desafios, relativos à adesão de estudantes LGBTQIAPN+ à atenção terapêutica, aos recursos pedagógicos utilizados na formação de profissionais de saúde e na transformação do contexto político conservador.

A experiência aponta para a necessidade de pesquisa que possa melhor avaliar as fragilidades na formação de profissionais da saúde do município com relação aos marcadores sociais da diferença e aos determinantes sociais da saúde. O domínio destas questões relacionam-se de forma direta à promoção da saúde das populações foco das políticas de equidade.

Por fim, ressalta-se que a qualificação da promoção de cuidados em saúde para a população LGBTQIAPN+ ainda se faz imprescindível nos diversos contextos territoriais do Brasil. Os desafios encontrados decerto não são restritos a municípios de pequeno porte e zonas rurais, embora possam estar potencializados nestes contextos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às e aos oito estudantes extensionistas que acompanharam o desenvolvimento do projeto, a saber:

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR/A

Os autor/as A, B e C planejaram o projeto, analisaram os dados e realizaram revisão final do artigo para publicação; os autor/as A e B atuaram como coordenadores/as do projeto; o autor/a A atuou como orientador/a de bolsistas e escreveu o texto final.

REFERÊNCIAS

Abade, E. A. F.; Chaves, S. C. L.; Silva, G. C. O. Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 30(4), 1-31, 2020.

Assis, D. A.; Oliveira, A. G. B. Vida universitária e saúde mental: atendimento às demandas de saúde e saúde mental de estudantes de uma universidade brasileira. **Cadernos Brasileiros de**

Saúde Mental, Florianópolis, 2(4), 159 – 177, 2010.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). (2020). **Política Nacional de Humanização. Formação e intervenção**. Brasília: Ministério da Saúde.

Buss, P. M.; Pellegrini Filho, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 17, (1), 77-93, 2007.

Funcia, F. R; Moretti, B.; Ocké-Reis, C. O.; Aragão, E.; Dweck, E.; Melo, M. F. C., ...; Benevides, R. **Nova Política de Financiamento do sus**. Rio de Janeiro: Grupo de Economia do Setor Público da UFRJ, 2022.

Freire, P. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Galvão, A. L. M.; Oliveira, E.; Germani, A. C. C. G.; Luiz, O. C. Determinantes estruturais da saúde, raça, gênero e classe social: uma revisão de escopo. **Saúde e Sociedade**, 30(2), 1-14, 2021

Lucena, M. M.; Ferreira, G. G.; Floss, M.; Melo, D. A. C. Para além do processo transexualizador: concepção e implementação de um serviço despatologizador e integral à saúde trans e travesti no contexto da atenção primária à saúde na cidade de Porto Alegre (RS). **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, 17 (44):2873, 2022.

Mello, L.; Gonçalves, E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Cronos**, 11(2), 163-173, 2010.

Melo, D. S.; Silva, B. L.; Mello, R. A sintomatologia depressiva entre lésbicas, gays, bissexuais e transexuais: um olhar para a saúde mental. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, 27(1), 1-8, 2019.

Penha, J. R. L.; Oliveira, C. C.; Mendes, A. V. S. Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa. **Journal Health NPEPS**, 5(1), 369–395, 2020.

Ribeiro, D. A. P.; Junior, G. A. Atendimento Psicológico em Ambiente Universitário: uma experiência de acolhimento das demandas psicopedagógicas. **Psicologia e Saúde em Debate**, 7(2), 66–82, 2021.

Schraiber, L. B.; D'Oliveira, A.F.L.P. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. **Interface (Botucatu)**, 3(5), 11-26, 1999.

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. (2020). **Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.202**, de 14 de agosto de 2020.

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. (2022). **Resolução SES/MG nº 8.375**, de 19 de outubro de 2022.

Data de recebimento: 23/02/24

Data de aceite para publicação: 25/03/24